



Fundação Romi

CNPJ nº 56.720.774/0001-41 - Mantenedora: Indústrias Romi S.A.

Balço patrimonial - 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)				Demonstrações Financeiras				Demonstração do resultado (superávit) abrangente			
Ativo		Nota	2017	2016	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)		
Circulante				Receitas				Superávit do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa	3		236.539	15.774	Doações da mantenedora	895.080	849.373	Outros componentes do resultado (superávit) abrangente	2.864.229	3.685.178	
Aplicações financeiras	3		37.811.745	36.292.993	Receitas financeiras	4.217.237	5.011.751	Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	7.242.238	1.153.133	
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber			600.111	-	Mensalidades escolares	5	1.157.232	1.435	Total do resultado (superávit) abrangente do exercício	10.106.467	4.838.311
Mensalidades escolares a receber	5		250.114	30.431	Juros sobre capital próprio e dividendos	200.111	1.435				
Outros			89.382	77.072	Outras doações	396.149	457.330				
			38.402.791	36.416.270	Outras receitas	73.060	86.870				
Não circulante				Recursos incentivados e convênios				Demonstração fluxo de caixa			
Aplicações financeiras	3		3.248.821	2.371.349	Trabalho Voluntário	2.12	133.252	127.368	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)		
Ativos financeiros disponíveis para venda	4		10.828.202	3.585.963	Projeto Educação Patrimonial CEDOC - IPHAN	16.954	102.127	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.864.229	3.685.178	
Outros investimentos	3		2.918.239	2.918.239	Projeto Judó Sócio Educativo	141.356	67.163	Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imobilizado	6		3.117.059	3.115.164	Projeto Vozes Barbaresens - FMC	2.323	6.096	Depreciação e amortização	197.170	170.879	
			20.112.321	11.990.715	Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632	58.645	-	Gainho na alienação do imobilizado recebido em doação	(10.467)	(247.598)	
Total do ativo			58.515.112	48.406.985	Projeto trilhos e trilhas	9.459	-	Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Passivo				Despesas				Outros valores a receber			
Circulante				Educação				Juros sobre capital próprio e dividendos a receber			
Fornecedores			39.209	47.083	Educação Infantil			Mensalidades escolares (NEI)	(124.811)	(51.295)	
Projetos educacionais e culturais vinculados	15		90.794	114.565	Centro de Vivências do Desenvolvimento			Ajustes de avaliação patrimonial	(20.111)	30.373	
Salários e encargos sociais			323.863	304.643	Infantil - CEDIN - Jardim I e II	13.1	(355.527)	(445.228)	(4.553)	(2.181)	
Adiantamento de mensalidades escolares			112.909	99.824	Infantil - Jardim I e II				(7.874)	(29.371)	
			566.775	565.115	Ensino Fundamental II				(23.771)	(48.951)	
Total do passivo			58.515.112	48.406.985	Núcleo de Educação Integrada - NEI - 6º ao 9º ano	13.1	(2.525.843)	(2.186.678)	19.220	54.525	
Patrimônio Social				Projeto Educação Patrimonial CEDOC-IPHAN				Adiantamento de mensalidades escolares			
Superávit acumulado	4		49.373.697	46.509.468	Projeto Judó Sócio Educativo	(141.356)	(67.163)	Aplicações financeiras e outros investimentos	(2.283.724)	(3.634.133)	
Ajuste de avaliação patrimonial			8.574.640	1.332.402	Projeto Vozes Barbaresens - FMC	(2.323)	(6.096)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	409.363	(67.400)	
Total do patrimônio social			57.948.337	47.841.870	Projeto Ninho Musical-PRONAC 150632	(58.645)	-	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(203.021)	(190.734)	
Total do passivo e patrimônio social			58.515.112	48.406.985	Projeto trilhos e trilhas	(9.459)	-	Aquisição de imobilizado			
Demonstração da mutação no patrimônio social				Superávit operacional				Outras imobilizações			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais)				Outros resultados				Caixa aplicado nas atividades de investimento			
			Superávit	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio social						
Saldo em 1º de janeiro de 2016			42.824.290	179.269	43.003.559						
Superávit do exercício			3.685.178	-	3.685.178						
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda			-	1.153.133	1.153.133						
Saldo em 31 de dezembro de 2016			46.509.468	1.332.402	47.841.870						
Superávit do exercício			2.864.229	-	2.864.229						
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda			-	7.242.238	7.242.238						
Saldo em 31 de dezembro de 2017			49.373.697	8.574.640	57.948.337						
Notas Explicativas às Demonstrações em 31 de Dezembro de 2017											
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)											
1. Contexto Operacional: A Fundação Romi ("Entidade") constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Bárbara d'Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação e assistência social, declarada de utilidade pública federal (decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado periodicamente, sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, conforme Portaria 1397 de 30 de novembro de 2012, publicada no DOU de 3 de dezembro de 2012, prorrogada para 31 de dezembro de 2014 conforme Portaria 158 de 13 de novembro de 2013, tendo sido requerida sua renovação tempestivamente para o triênio de 2015/2017, conforme requerimento datado de 27 de novembro de 2014 e protocolado no Ministério da Educação (MEC) em 27 de novembro de 2014 e protocolo em 20 de setembro de 2016, foi encaminhada e recepcionada pelo MEC (protocolo de 21 de setembro de 2016) a prestação de contas em atendimento a manutenção do CEBAS-Educativo, o qual continua com o status "em análise" junto ao MEC. Em 28/11/2017 foi encaminhada nova prestação de contas ao MEC para a manutenção do CEBAS-Educativo. Em 29/12/2017 o MDS publicou no DOU a portaria 204 de 28/12/2017, com o equívoco de não ter sido anexado o relatório de prestação de contas. Após análise dos relatórios de prestação de contas do CEBAS, protocolado tempestivamente, em 27/11/2014 no MEC, conforme citado no parágrafo anterior, o qual foi encaminhado ao MDS pelo MEC, por conta do ano de 2013 a Fundação Romi ainda estar vinculada a Assistência Social, por falta do documento probatório da inscrição no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara d'Oeste, o qual encontrava-se anexado ao processo. Em 19/01/2018, a Fundação Romi encaminhou recurso de defesa com a sua manifestação de que o MDS havia se equívocado ao não reconhecer a certidão de inscrição no CMAS emitida em 16/09/2011 com validade por tempo indeterminado, validade esta prevista em legislação do CMAS, apresentando novamente tal documento e solicitando a outorga de certidão de validade para o período de 27/11/2012 a 28/11/2015 a qual fora emitida em 27/11/2012 e encontrava-se arquivada no CMAS sem que a Fundação Romi tivesse conhecimento. Considerando todo o exposto acima, de acordo com a opinião da consultoria jurídica da entidade, fica o entendimento de que a Fundação Romi tem plenas condições de ter seu indeferimento revogado, conforme pedido feito no referido recurso impetrado junto ao MDS. Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a inscrição da nota contábil, SAT e terceiros. A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, assistência a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente suas potencialidades cidadãs e promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d'Oeste e região. A vulnerabilidade é entendida na forma pluridimensional que envolve, além da questão econômica, o suporte familiar, as condições de saúde, a qualidade educacional e cultural, as relações afetivas e de compromisso com o meio em que vive. Ao trabalhar para a acessibilidade a uma educação de qualidade, aos bens culturais, à integração comunitária, minimizam-se as carências, tornando essa população alvo menos vulnerável aos riscos sociais. A Entidade conta com um Fundo Patrimonial, composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente até o limite de 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 26 de março de 2018. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicadas às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITC 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. 2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2016, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante, quando aplicável. 2.5. Aplicações financeiras: Os investimentos em aplicações financeiras são caracterizados como títulos disponíveis para venda e mensurados pelo seu valor justo. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição destas aplicações financeiras são adicionados ao montante original. 2.6. Ativos financeiros (a): Classificação: A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade											

Continua

